Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE

2016

Artigos

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

ETNOCENTRISMO: DIVERSIDADES INDÍGENAS NO PARANÁ

Eligia Cristine Reis[1]
Isabel Cristina Rodrigues[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados das ações e estratégias didático-pedagógicas referentes ao tema "Etnocentrismo: diversidades indígenas no Paraná", com o intuito de proporcionar ao educando o entendimento da história e cultura dessas populações, bem como desmistificar equívocos históricos, etnocêntricos, enraizadas dentro e fora do contexto escolar. O público alvo foram os alunos dos 6º ano da Educação Básica e a proposta de ensino iniciou por meio da aplicação de um questionário com o objetivo de identificar e diagnosticar os conhecimentos que os educandos possuíam das populações indígenas que habitam o território paranaense. O resultado da sondagem, apontou o desconhecimento da existência desses povos e uma visão distorcida dos fatos historiográficos. Nesta perspectiva, a fim de superar atitudes preconceituosas e racistas, o estudo de diversas referências historiográficas permitiu ao educando, relacionar o passado com o presente, comparar e principalmente construir uma nova narrativa, que olhe a cultura dessas populações por ela mesma, e não pelo o olhar enviesado do outro.

Palavras-chave: Etnocentrismo. Indígenas. Paraná.

1. INTRODUÇÃO

Considerando a pluralidade cultural étnica da sociedade brasileira e os conflitos existentes dentro e fora de sala de aula, a escolha do tema "Etnocentrismo: diversidades indígenas no Paraná" teve como objetivo realizar ações didático-pedagógicas com um conteúdo que despertasse o interesse do educando, para que o mesmo pudesse conhecer as raízes da população paranaense, e que identificasse os povos indígenas como pioneiros dessas terras, e ainda que conhecessem a cultura e história dessas populações escrita por diferentes referenciais historiográficos.

Num contexto de dominação de territórios, por parte das companhias de colonização e do governo de apropriar dessas terras, produziu-se uma historiografia escrita pelos não indígenas que narra a história e a cultura dessas populações indígenas numa perspectiva que evidencia uma mentalidade etnocêntrica, que valoriza apenas a cultura europeia como a correta, a civilizada, a ponto de defender a ideia de superioridade europeia diante de todas as outras formas de organização social, política, econômica e cultural.

---

1 SEED – PR. Professora participante do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).
2 Orientadora do PDE; Docente do DHI/UEM e do Programa de Políticas Públicas Mestrado Profissional UEM; Pesquisadora do LAEE; Coordenadora do LEMH; Coordenadora PIBID História sede UEM.

Por consequência da ação colonizadora os grupos dominantes, praticaram vários tipos de atrocidades com as populações indígenas, tais como: a expropriação de terras, a dizimação e ainda o trabalho de silenciar, negar ou distorcer a história e cultura desses povos.

Diante deste contexto, incluir no currículo escolar a história das populações indígenas especificando as etnias que habitam o Estado do Paraná como: Kaingang, Guarani e Xetá -, significa conhecer as identidades plurais, as peculiaridades de cada povo e compreender como essas populações participaram e escreveram a História da sociedade paranaense.

O desafio proposto foi realizar um trabalho de intervenção que desmistificasse conceitos estereotipados e apresentar aos educandos diferentes referenciais teóricos que permitissem confrontar ou comparar documentos, analisando não somente os documentos oficiais que abordam a visão dos grupos dominantes, mas também proporcionando outra interpretação dos fatos históricos na visão dos oprimidos e marginalizados e elaborar novos conceitos, bem como perceber que cada etnia possuem saberes e se diferenciam na forma de dialogar e conceber o mundo.

2. ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS DO PARANÁ

Para o desenvolvimento da proposta de intervenção pedagógica, foram utilizadas para a fundamentação teórica, referenciais bibliográficos que contribuem para dar voz aos povos indígenas que habitam o Paraná, com a finalidade de proporcionar uma aprendizagem sobre os Kaingang, os Guarani e os Xetá, bem como reescrever a história dessas populações, a fim de mudar as lentes de percepção construídas por memórias coletivas sobre a influência de crenças e valores etnocêntricos e preconceituosos.

A abordagem e a discussão da temática “cultura e história das populações indígenas” no âmbito escolar é de suma importância tanto que se estabeleceu a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que determinou novas bases no currículo escolar, com a obrigatoriedade de se ensinar “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

> **Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
> **§ 1º** O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
> **§ 2º** Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Para contribuir na construção da identidade dos educandos que vivem no território do Estado do Paraná, normatizou a obrigatoriedade do ensino de conteúdos da disciplina História do Paraná na rede de Educação Básica, por meio da Lei nº 13.381de 18 de dezembro de 2001.

> **Súmula:** Torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos da disciplina História do Paraná.
> A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:
> **Art. 1º.** Torna obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.
> **§ 1º.** A disciplina História do Paraná deverá permanecer, como parte diversificada, no currículo, em mais de uma série ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias, baseada em bibliografia especializada.
> **§ 2º.** A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverão oferecer abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado (PARANÁ, 2001).

Para o aprofundamento do estudo da história e da cultura dos povos indígenas e fornecer subsídios para que os educandos conheçam as diversidades étnicas foi importante sistematizar alguns conceitos como: cultura, etnocentrismo, identidade e choque cultural.

Entender o conceito de cultura significa compreender que as sociedades possuem especificidades e características que determina o modo de agir e pensar de um limitado grupo social, que segundo Santos (2006, p. 37) pode ser entendida como:

> [...] uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é "algo natural", não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura,

> mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade.

Já a identidade, representa a soma de valores, costumes, cultura que cada indivíduo assimila ao participar e sentir pertencer a um específico grupo étnico.

> [...] Em linhas gerais, o conceito de identidade pode ser definido como um conjunto de aspectos individuais que caracterizam uma pessoa e também em um aspecto plural, constituída a partir das relações sociais permanentemente mutáveis. A identidade cultural é um organismo de relações sociais e patrimônios simbólicos compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores, tradições, hábitos e outros aspectos entre os membros de uma sociedade (SILVA, 2010, p. 1).

Costumeiramente, cada indivíduo dentro de seu universo cultural, que é produto histórico da organização da vida social e dos aspectos materiais, sente que seu modo de agir, pensar e comportar-se representa a forma adequada e correta. Quando se depara com outro indivíduo que não possui os mesmos hábitos e costumes, consciente ou inconscientemente acaba julgando de forma preconceituosa, tendendo a naturalizar as questões sociais de sua realidade e a desprezar costumes, hábitos, comportamentos diferentes do seu.

Quando duas culturas diferentes entram em contato, pode-se dizer que ocorre o choque cultural, ou seja, estabelece o estranhamento e a ainda a dificuldade de se comunicar. Silva (1998), relata uma narrativa biográfica sobre o extermínio e os sobreviventes da etnia indígena Xetá.

A sua pesquisa foi baseada em depoimentos dos sobreviventes do povo Xetá e também por meio de entrevistas com pessoas que estabeleceram contato com os Xetá quando ainda viviam em seu habitat natural.

A partir do registro de memória de Kuein, um sobrevivente pertencente a etnia Xetá, e por meio dos relatos do casal Antônio L. de Freitas e da sua esposa Carolina A. Freitas, moradores na fazenda Santa Rosa, situada no município de Ivaté/Pr, foi possível examinar o contato e as impressões que conceberam ao enxergar o “outro”.

Na primeira narrativa de Kuein, na sua entrevista a autora, refere-se ao ponto de vista da sua etnia Xetá.

> Naquele tempo, nós não conhecíamos roupa, estávamos todos pelados, só com hamiá [tanga] na frente, colar, brinco de pena, tembetá, corda de embira na cintura, nos pulsos e perna, era nossa roupa [...]. Apavorada a mulher

> gritou, a gente não sabia o que falavam, nem eles nos entendiam. Ele, o homem veio com facão, as crianças deles correram, mas a gente via pelo buraco da parede de madeira, uma delas em baixo da cama. Já estávamos próximo da porta, mas Antônio falava, falava muito. Nós não entendemos nada. Ele veio e nós paramos sem entender nada [...]. Ele estava bravo, bateu o facão, mas a mulher dele falou alguma coisa. Aí, ela foi dentro de casa, trouxe açúcar, forrou o chão com papel e colocou, fazendo sinal pra nós comermos, a gente não entendia. Ele se abaixou e provou, em seguida nós nos abaixamos em volta e comemos. Achamos gostoso. O homem deu comida para nós, mas a gente não gostou, a gente nunca tinha visto aquilo. Deram-nos café e nós gostamos, era doce. [...] (SILVA 1998, p.173-174).

A narrativa do administrador Antônio e de sua esposa Carolina, na entrevista a autora, identificou uma interpretação diferente dos moradores que entraram em contato com o grupo da etnia Xetá.

> Disse-lhe: 'vamos ver se nos entendemos´. Os índios ficaram com aquela linguagem deles ali, que ninguém entendia. Por aceno, começamos a acenar com eles. Como não nos entendíamos, falei para o meu marido: 'vamos dar alguma coisa para eles comerem '. Assim fizemos. Minha avó disse que para agradar índio era bom dar açúcar, peguei uma lata e colocamos pra fora da janela, em cima de um papel. Eles ficaram olhando. Não sabiam o que fazer, nunca tinham visto aquilo. Meu marido foi e comeu um pouco para eles verem. Foi então que eles chegaram perto do açúcar e provaram também. Eles gostaram. Na mesma hora sentaram no chão e já comeram aquilo tudo, misturado com areia. Enquanto comiam, se admiravam das coisas. Passavam a mão na cabeça uns dos outros e nas nossas que tínhamos os cabelos cortados. Nos passavam a mão, por causa da roupa e se admiravam [...] (SILVA, 1998, p.176-177).

O encontro de culturas diferentes pode representar algo positivo como uma forma de se conhecer e entender a cultura do outro, ou ainda, ser marcado de forma hostil, por considerar que os valores de sua cultura, são ‘verdades absolutas’, e que todas as outras culturas diferentes são atrasadas, primitivas e por dar importância apenas a sua própria cultura, provoca ações de racismo e até mesmo de violência devido ao fenômeno denominado de etnocentrismo.

> Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. (ROCHA, 1989, p. 6).

Realizando uma análise histórica da sociedade brasileira no processo de colonização, verifica-se que os não índios se consideravam um modelo de civilização a ser alcançado. Ao se depararem com as populações indígenas que aqui viviam há milhares de anos, esse encontro entre culturas diferentes esteve carregado de conflitos étnicos, de desconhecimento um da cultura do outro, de intolerância, de resistência e de dominação que provocou atrocidades, extermínios, doenças, desagregação social e cultural dos povos indígenas.

> De fato, a história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse (LUCIANO, 2006, p.17).

Não bastasse a violência que os indígenas sofreram, algumas distorções históricas perduraram por muitos anos e permanecem até os dias de hoje.

Primeiramente os colonizadores homogeneizaram os diferentes povos indígenas, como se todos fossem iguais, falassem um único idioma, possuíssem as mesmas tradições e costumes, enfim tivessem a mesma cultura, independente do território em que habitavam. Hoje, no Brasil, segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, existem 896,9 mil indígenas com presença em todos os estados brasileiros. São 305 etnias, que falam 274 línguas, evidenciando que cada povo indígena se caracteriza como uma identidade própria. Segundo Ramos (1986, p. 11):

> Não há duas sociedades indígenas iguais. Mesmo quando ocupam zonas ecológicas semelhantes, elas mantém sua individualidade, tanto no plano das relações sociais como no campo simbólico. Portanto, não é possível explicar a lógica sociocultural dessas sociedades simplesmente por fatores ecológicos ou por determinações econômicas.

Outro aspecto bastante questionado diz respeito ao fato dos europeus se considerarem nações ditas “civilizadas” e justificarem as ações de dominação e exploração sobre as nações indígenas denominadas de “primitivas”. Esse tipo de pensamento para Santos (2006, p.13-14) foi legitimado no século XIX, na tentativa de

explicar as diferentes sociedades e a classificarem por estágios de evolução. Nesta perspectiva alguns povos seriam mais desenvolvidos por estarem em um estágio superior, e outros menos evoluídos estariam em estágio inferior.

> Todas as sociedades humanas fariam necessariamente parte dessa escala evolutiva, dessa evolução em linha única. Assim, a diversidade de sociedades existentes no século XIX representaria estágios diferentes da evolução humana: sociedades indígenas da Amazônia poderiam ser classificadas no estágio da selvageria; reinos africanos, no estágio da barbárie. Quanto à Europa classificada no estágio da civilização, considerava-se que ela já teria passado por aqueles outros estágios (SANTOS, 2006, p.14).

Contrapondo o evolucionismo e redimensionando o pensamento histórico, Franz Boas (2005) defendia o método antropológico no qual era possível constatar que cada sociedade tem peculiaridades e maneiras de valorizar as coisas.

> A concepção boasiana de cultura tem como fundamento um relativismo de fundo metodológico, baseado no reconhecimento de que cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu - em uma expressão que se tornou famosa, ele disse que estamos acorrentados aos "grilhões da tradição". O antropólogo deveria procurar sempre relativizar suas próprias noções, fruto da posição contingente da civilização ocidental e de seus valores (BOAS, 2005, p.18).

O interesse entre portugueses e indígenas eram antagônicos. Temos de um lado os europeus que desembarcaram neste continente com a visão mercantilista. Do outro lado temos os indígenas cujas necessidades consistiam em apenas de retirar da natureza o suficiente para a sobrevivência.

Essas são algumas visões estereotipadas na concepção dos povos indígenas no Brasil. Mas ao estudar a especificidade da formação da sociedade paranaense deturpações também acontecem.

No Paraná, a historiografia escrita pelo ponto de vista dos vencedores, daqueles que colonizaram e usurparam essas terras, que possuía flora e fauna exuberantes e era habitada pelos indígenas, desprezou essa existência, ignorando a presença humana e defendendo a ideia de vazio demográfico. Conforme Mota (2008, p.25), “cria-se o vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo são colocadas à margem da história”.

Diante das distorções históricas no tratamento da história dos povos indígenas, emerge a importância de reescrever esses fatos, de modo a superar determinados conceitos etnocêntricos e dar visibilidade aos povos que foram exterminados ou invisibilizados ao longo do contato.

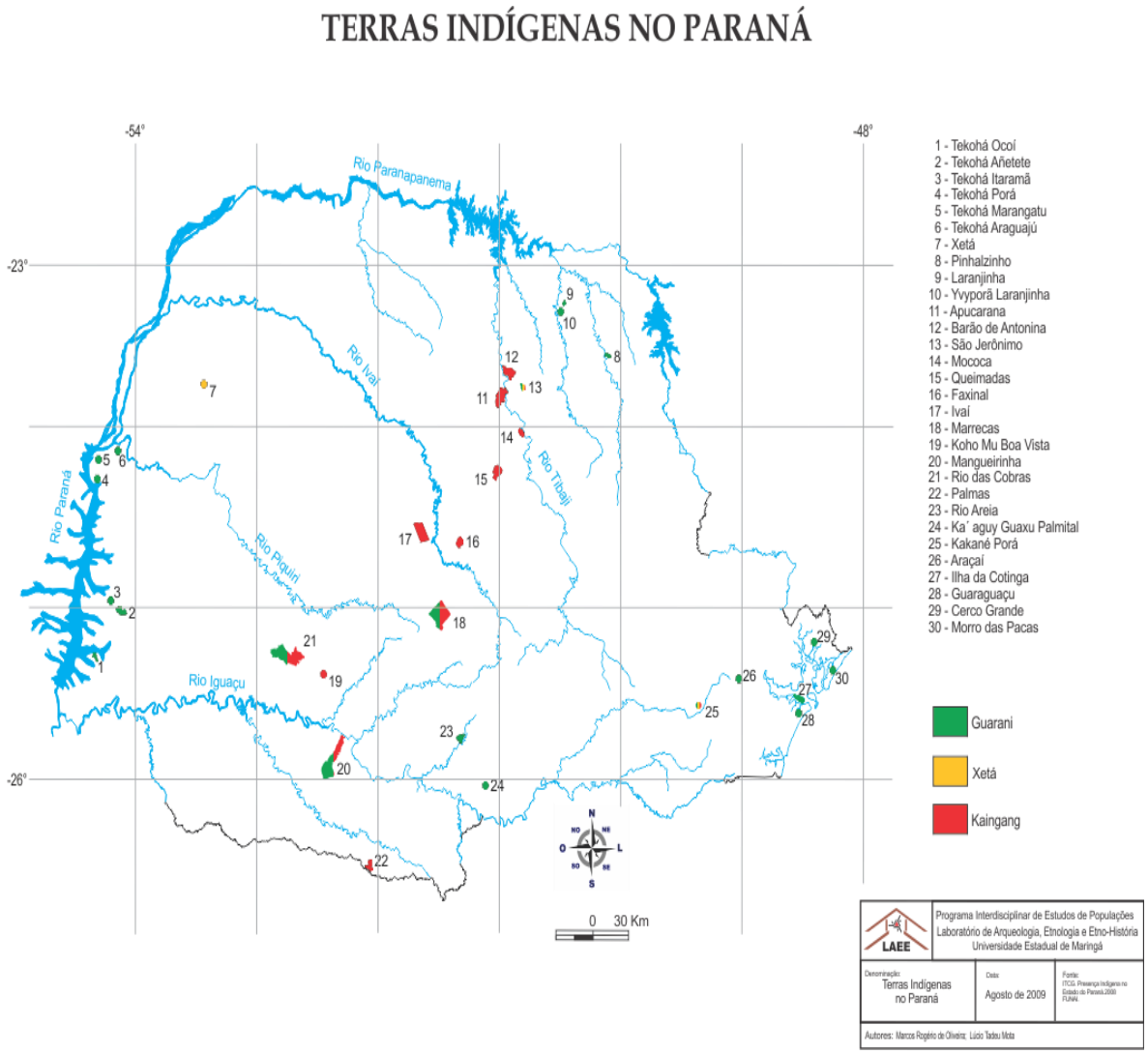
Desconstruindo a questão da homogeneização e vazio demográfico no território paranaense, estudos realizados por arqueólogos, foi possível demonstrar, por meio dos vestígios materiais encontrados que o Paraná é habitado por populações humanas há cerca de 8.000 anos antes do presente (a.p.).

Existem algumas hipóteses do povoamento da América do Sul e do Paraná. Segundo Mota (2006, p.13), a maior parte dos pesquisadores acredita que os primeiros habitantes vieram pelo estreito de Bering. Outros estudiosos afirmam que poderiam ter vindo das ilhas do Oceano Pacífico. E a última hipótese é a de que eles seriam oriundos da Austrália e Nova Zelândia. A Arqueologia classifica os vestígios encontrados por tradições: Tradição Humaitá, Tradição Umbu e Tradição Sambaqui. As populações pertencentes a essas tradições, segundo Mota (2006), acabaram desaparecendo antes mesmo da chegada dos europeus. Já a história aborda por meio da divisão didática definindo as populações como “pré-cabralinas” e populações históricas do pós-contato.

Atualmente no Paraná os estudos sobre os povos indígenas são referentes a três etnias indígenas que se diferenciam entre si e possuem conhecimentos e línguas próprias: os Kaingang, os Guarani e os Xetá.

2.1. Os Kaingang

Os Kaingang são populações que falam a língua kaingang pertencente ao tronco macro-jê, da família Jê. Atualmente os kaingang correspondem a uma população de 37.470 pessoas que habitam os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e no Paraná (IBGE, 2010). No Paraná, são aproximadamente 12 mil pessoas que vivem em 12 terras indígenas, como pode ser visto no mapa abaixo:



Na organização econômica, os Kaingang viviam da caça, da pesca, coleta e também cultivavam a agricultura plantando milho, feijão, abóbora e mandioca. Conforme Silva et al. (2001, p. 27)

> Os Kaingang viviam também da pesca e da coleta de raízes e frutos. Como a floresta das Araucárias era exuberante, coletavam pinhão em abundância e faziam-no das mais diferentes formas: assado, em forma de pão ou sopa, pois o fruto é altamente nutritivo e calórico. Alimentavam-se também de mel e de larvas de pequenos insetos encontrados em troncos na mata.

O processo de colonização do Paraná pelos não índios, levou a expropriação dos territórios pertencentes a essas populações. Atualmente habitam em terras demarcadas pelo Estado e seus territórios são insuficientes para viverem por meio da prática de subsistência no sistema de economia de seus antepassados em que baseavam-se na caça, na pesca e na coleta.

Abordando a questão da delimitação das terras indígenas Tommasino (2006, p.46), diz que:

> [...] não apenas impossibilitaram a sobrevivência de acordo com seus modelos tradicionais de economia baseada na caça e coleta, como também era objetivo das políticas indigenistas transformá-los em "trabalhadores nacionais", isto é, trabalhadores submetidos ao sistema de mercado que denominamos capitalista.

Rodrigues (2012, p. 102) constatou em sua pesquisa de campo na T.I. Faxinal, município de Cândido de Abreu que a renda das famílias

> [...]é muito baixa, ela é proveniente de aposentadoria e pensão alimentícia, do programa Bolsa Família, do auxílio maternidade, das diárias realizadas como trabalhadores temporários na zona urbana, quanto rural, e dos salários dos kaingang que ocupam os postos de serviços necessários na área – professor, merendeira, zeladora, agente indígena de saúde, motorista.

Diante das circunstâncias vividas no contexto do pós-contato com os não indígenas, os kaingang foram enfrentando as perdas de seus territórios tradicionais, mas foram também, resistindo, por meio de estratégias que foram criando para continuarem a ser Kaingang. Isso significa que foram forçados a readequar seus modos de vida tradicionais em vários aspectos de sua cultura. Mas, ao mesmo tempo, foram aproximando de aspectos da cultura dos não indígenas e ressignificando-os de acordo com suas conveniências e necessidades. (RODRIGUES, 2012).

Na organização social, os Kaingang se caracterizam por uma sociedade dualista no qual se dividem em duas metades clânicas: Kamé e Kairu. Todavia, nesta concepção dualista o casamento dos indivíduos são realizados por metades opostas, ou seja, os Kamé casam-se com os Kairu e vice versa, destacando que a filiação dessa união recebe a denominação e descendência da metade paterna. Essa forma de sociedade, na perspectiva de Maranhão (2016, f. 1) relatado por esse autor no site Museu do Paraná "[...] definia os papéis sociais e cerimonias de cada indivíduo no grupo, estabelecendo regras quanto a nominação, casamento, pintura corporal e a participação nas atividades rituais."

Nos aspectos religiosos o principal ritual praticado pelos Kaingang é o culto aos mortos, denominado Kikikoi:

> kikikoi, onde todos participavam exibindo pintura corporal, rezando, cantando e dançando uma coreografia inspirada no movimentos do tamanduá. Neste ritual as crianças são pintadas pela primeira vez com desenhos circulares ou alongados, identificando-se desta forma com a metade clânica a qual pertencem (MARANHÃO, 2016, f. 1).

2.2. Os Guaranis

São populações que pertencem ao tronco linguístico Tupi. Atualmente vivem em várias regiões do Brasil nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e territórios pertencentes em países como: Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia. No Brasil, de acordo com os dados informados pela Secretaria da Educação somam aproximadamente 34 mil pessoas, sendo 4.000 pessoas que se localizam no Paraná.

No aspecto econômico sua principal atividade é agricultura baseada na produção para o consumo, no qual cultivavam a mandioca, macaxeira, milho, arroz, feijão etc. Também realizam a caça e a pesca.

> Na economia Guarani, o princípio da solidariedade com o próximo não se manifesta de forma coletiva, em que todos trabalham juntos e todos são donos de tudo. O que existe é uma obrigação moral de ajudar sempre que o outro necessitar, de receber ajuda quando precisar e participar com alegria do trabalho do outro Guarani sempre que o outro necessite. Esta ajuda recíproca é chamada de Jopói (Povo Guarani, 2000, f. 1).

No aspecto social predomina a família extensa, em que vivem avós, avôs, pais, mães, tios, tias, maridos, esposas, cunhados, cunhadas, filhos, filhas, sobrinhos e sobrinhas. O Tamõi (avó) representa o líder ou também pode ser comandado pela Jarí (avó) cujo papel dentro desta sociedade é orientar sobre as questões políticas e religiosas.

No aspecto religioso

> o xamanismo ocupa um espaço central na cosmologia e na construção da sociabilidade Guarani. O xamã – Karaí circula e mantém contato entre o mundo dos vivos, dos mortos, dos espíritos, da natureza etc. É através desse contato com os diversos mundos, que adquirem forças para estabelecer as relações na aldeia (PARANÁ, 2014).

3.3 Os Xetá

Os Xetá habitavam a Serra dos Dourados, às margens do rio Ivaí e igualmente aos Guarani pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani. Este grupo indígena foi oficialmente contatado no final da década de 1940 e início de 1950, a atividade econômica principal baseava-se na caça e coleta.

O processo de ocupação capitalista no Paraná por órgãos do governos e das companhias de colonização ocorreu por meio da apropriação dos territórios em que viviam a população Xetá. Conforme Mota (2013, p.130), os Xetá resistiram ao processo de dominação com a sociedade envolvente fugindo, escondendo e conseguiram manter o seu modo de vida até meados do século XX, quando seus refúgios [...] foram devassados pelos fazendeiros que ali se internaram para transformar essas florestas em pastagens e cafezais". Neste sentido, Mota destaca que conforme a frente cafeeira chegava a floresta os Xetá foram expulsos ou ainda eliminados.

> Os que resistiram ao contato foram mortos por jagunços, por doenças para as quais não tinham imunidade ou envenenados. Aqueles que buscavam abrigo próximo alguma propriedade, cujo dono lhes inspirava confiança, tiveram seus filhos apanhados e distribuídos. Alguns dos que sobreviveram se dispersaram na região ou foram levados por funcionários dos SPI para seus Postos onde viviam índios Kaingang e Guarani. (MOTA, 2013, p.13).

A etnia dos Xetá foi quase totalmente destruída, aqueles que resistiram foram dispersos de seu território tradicional, separados do convívio em grupo e ainda vitimadas pelo desrespeito de praticar a sua cultura. Silva (1998, p. 37), salienta que "em um período de aproximadamente dez anos, os Xetá foram tragicamente exterminados enquanto povo sem que lhes restasse qualquer alternativa de reagir e resistir às investidas dos colonizadores sobre suas vidas".

Atualmente os Xetá habitam a Terra Indígena São Jerônimo da Serra, no norte pioneiro do Paraná e vivem junto com os Kaingang e Guarani. Na perspectiva de Tikuein, sobrevivente da etnia Xetá, relata o descontentamento de não possuir terras e viver agregado com os Kaingang e Guarani é como ser um hóspede

> É..... porque o índio é o dono da terra..... mas acabou toda a terra que nós estamos reclamando... hoje nós ficamos sem nada..... esses outros têm [terra], os kaingang, os guarani, têm...(...)[mas] meu povo não tem terra..... foi tomada..... eu estou emprestado.....como eu falei (...) não tem como eu agir..... se falo alguma coisa, a turma fala: "não, você não é daqui, cai fora"... então, tenho que escutar e tenho que dizer que está bom...(Tikuein In: Rothen, 2000, p.42).

Os Xetá como etnia remanescente vem estabelecendo mecanismo de luta com o objetivo de reconquistar o território expropriado e a revitalização da sua cultura. Araújo; Faustino (2010, p.4), aponta que:

> Além da demanda por reaverem parte de suas terras, estes solicitam do poder público, Secretaria de Educação do Estado do Paraná um atendimento específico e diferenciado de educação escolar indígena bilíngue Português/Xetá, além do ensino da história Xetá na escola, produção de literatura e materiais didáticos que retratem a realidade do povo, trazendo inclusive a memória coletiva da antiga sociedade narrada por seus pais.

3. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E RESULTADOS

A proposta de implementação do projeto foi desenvolvida com os alunos do 6º ano da Educação Básica. O objetivo de estudo foi trazer em evidência as populações indígenas Guarani, Xetá e Kaingang que se encontram no território paranaense por acreditar que esta temática é de suma importância, já que esses povos representam as raízes do povo paranaense. Estudar a história dessas etnias em suas particularidades e especificidades significa identificar a presença cultural desses povos em nosso cotidiano, e na formação da identidade do Paraná, uma vez que os povos indígenas foram vítimas de muitos tipos de violência na tentativa de que fossem integrados na sociedade nacional como populações camponesas.

Até o começo dos anos de 1980, as narrativas existentes que relatam a história e cultura das populações indígenas, foram produções escritas por grupos dominantes, que pensavam em negar a presença indígena, que pretendiam esconder a violência utilizada para iniciar o processo de colonização, que justificavam a dominação como sendo algo necessário para o desenvolvimento do progresso, que distorceram a história e cultura dessas populações e ainda promoveram ideias de racismo e preconceitos.

Segundo Mota (2008, p.20) “os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo.”

Nesse sentido, a proposta do projeto de intervenção foi: estudar, na historiografia, referenciais teóricos que abordam a história de fatos desconhecidos ou

negados pela história oficial; oportunizar ao educando o conhecimento da história e cultura das populações indígenas, com narrativas escritas pela perspectiva dos sujeitos históricos que sofreram com a dominação e ainda resistem ao contado com os não índios.

A implementação iniciou-se com a apresentação do projeto de Intervenção aos educandos, esboçando o tema – Etnocentrismo: Diversidades Indígenas no Paraná, os objetivos, as problematizações e a metodologia.

Justificando a importância do estudo desse conteúdo se propôs a análise e discussão da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que determina novas bases no currículo escolar, com a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" e também a Lei nº 13.381, de 18 de dezembro de 2001, que aborda a obrigatoriedade do ensino de conteúdos da disciplina História do Paraná na rede de Educação Básica.

Em sequência, foi passado uma sondagem aos educandos a fim de coletar dados que permitiu conhecer a concepção que os mesmos possuíam a respeito das populações indígenas. Foram elaboradas questões, tais como: "Os índios são todos iguais?", "O índio é preguiçoso?", "Quais são as populações indígenas no Paraná?" "As populações indígenas são atrasadas?", "O índio tem direito de cidadão?", "Tem muita terra para pouco índio?", "Se o índio dirige carro, vê televisão, usa celular, ele deixa de ser índio?", "Os índios que vivem nas ruas de Maringá são mendigos?", "Os índios que vivem nas ruas de Maringá exploram o trabalho infantil? E, por meio das informações colhidas e sistematizadas, foi possível identificar determinados estereótipos racistas que serviram de referência para dar início ao estudo, objetivando desconstruir preconceitos e elaborar novos paradigmas acerca do conhecimento histórico sobre os Kaingang, os Guarani e os Xetá.

A implementação visou trabalhar a definição dos conceitos cultura, identidade, choque cultural e etnocentrismo, considerados essenciais para desmistificar equívocos etnocêntricos, bem como para a construção de um novo pensamento histórico sobre a presença e o papel significativo desses povos na construção da história do Paraná.

Ao trabalhar em sala de aula com os educandos a respeito dos conceitos de cultura e identidade indígena, oportunizou a eles, compreender que as etnias Xetá, Guarani e Kaingang possuem características diferentes em relação a organização social, econômica, cultural, política; cosmológica própria, que possui língua; conhecimentos próprios.

Com esse trabalho foi possível desconstruir o equívoco histórico da homogeneização que define os índios como iguais. Nesse contexto Freire (2009, p.4), corrobora dizendo “Cada povo tem sua língua, sua religião, sua arte, sua ciência, sua dinâmica histórica própria, que são diferentes de um povo para outro.”

Neste momento, também oportunizou descaracterizar outro equívoco histórico de que o índio é preguiçoso. A cultura das populações indígenas despreza a ociosidade é uma desonra o homem que não trabalha e não consegue manter a sua família. Porém, os povos indígenas não se preocupam em acumular bens, diferentemente da concepção dos não índios que prisma pelo acumulo de capital. Os autores Collet; Paladino; Ruso (2014 p. 57), explicam a ideia equivocada de que os índios são preguiçosos, ao afirmarem que:

> Porque não conhecemos as culturas indígenas e olhamos para elas com olhos da “nossa cultura”. Que olhos são esses? Olhos acostumados com o capitalismo, o lucro, a acumulação, o desenvolvimento (este entendido à luz da tecnologia ocidental e desconsiderando outras de suas formas e concepções). Por essa razão, é muito difícil observarmos uma sociedade que se contenta com os bens que possui e não trabalha exaustivamente para acumular outros ou fazer com que outros os acumulem para si.

Com relação aos conceitos “choque cultural” e “etnocentrismo”, foi relevante trabalhar com o processo de colonização, para desmitificar a construção de uma mentalidade que imperava entre a população de que a cultura do “homem branco” é superior, e as populações indígenas são inferiores. Contrapondo esta crença, na percepção de Freire (2009, p.6),

> ideia equivocada é considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas. Os povos indígenas produziram saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião. Suas culturas não são atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensa muita gente ignorante.

Essa perspectiva apontada por Freire e por muitos autores na atualidade, permite entendermos que existe uma grande diversidade de povos que possuem modos e conhecimentos próprios, que não são nem inferiores, nem superiores, mas diferentes. Para Rocha (1989, p.10) “Ela não é uma hostilidade do “outro”, mas a possibilidade que o “outro” pode abrir para o “eu””.

Com relação ao estudo das etnias existentes no Paraná, os Xetá, os Guarani e os Kaingang, destacou-se o estudo das especificidades tais como: quem são?

quantos são? como vivem? e ainda estudou os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Essa forma, instigou os alunos a identificar as populações indígenas que habitam o Paraná, perceber as particularidades de cada etnia, relacionar o passado com o presente, analisar as semelhanças e as diferenças e compreender a dinâmica própria desses povos.

No Paraná as frentes de colonização e ocupação do chamado sertão paranaense, controladas pelos órgãos do governo e pelas companhias de colonização, com interesses de colonizar e se apropriar das terras, foram se apropriando e loteando os territórios ocupados pelos povos indígenas e camponeses que viviam nas terras férteis, cobertas por exuberantes florestas nas quais vivia também uma diversidade de espécies animais constituidora de uma rica fauna. A presença dos povos indígenas representava um empecilho no processo de expansão da colonização e também uma ameaça ao projeto civilizatório, que traria o progresso para o Estado.

A tese adotada para justificar o domínio, a exploração e a comercialização das chamadas terras devolutas, foi a do “vazio demográfico”, ou seja, partia do princípio que no território paranaense não existiam populações humanas, mas um “sertão vazio e desabitado”, desconsiderando e invisibilizando os povos que habitavam o território desde há muito tempo (MOTA, 2006).

Para desconstruir a tese do vazio demográfico, recorremos aos estudos históricos e arqueológicos que demonstram que há populações humanas no território que hoje constitui o Paraná, desde, aproximadamente, 8 mil anos antes do presente (MOTA, 2006).

O processo de conquista e posse dos territórios antes ocupados pelos indígenas, foi se dando de forma a que eles fossem expropriados de suas terras, por meio da utilização de estratégias que variavam desde negociações com as lideranças no sentido de cooptá-las, até lutas violentas, nas quais muitos indígenas foram dizimados.

No contexto atual, esses povos se obrigaram a enfrentar uma nova realidade, vivem em 37 terras demarcadas pelo governo federal, praticam a agricultura de subsistência, criam alguns animais para o consumo, mas já não vivem como viviam em tempos passados quando as florestas eram densas e fartas. As terras disponíveis em muitos casos, são insuficientes para abrigar e para que os indígenas possam garantir a subsistência com os recursos extraídos e produzidos apenas nelas.

A luta das populações indígenas por novas demarcações que ampliem seus territórios representa uma necessidade de sobrevivência, isto porque as terras reservadas as populações indígenas foram demarcadas sem levar em conta o crescimento demográfico e os dados do censo de 2010 (IBGE) atesta que as populações indígenas que residem nas T.Is aumentaram, enquanto a quantidade de terras indígenas permanecem iguais. Rodrigues (2012, p.13) atesta ao dizer que:

> A população residente nas aldeias cresce, mas a porção de território que pertence a essas populações não tem aumentado e os governos estadual e federal têm cada vez menos se empenhado na demarcação de terras reivindicadas por esses povos indígenas. A questão da terra continua sendo juntamente com educação e saúde, uma das principais lutas empreendidas pelos índios hoje no Brasil e no Paraná.

Diante da questão de terras das populações indígenas os educandos evidenciaram o equívoco histórico de que não existe muita terra para pouco índio, pelo contrário a terra é pouca e esgotou-se a caça e a pesca como fonte de sobrevivência.

O trabalho de implementação didático-pedagógica, foi planejado e desenvolvido a partir dos pressupostos ancorados na ideia da longa duração (Bloch, 2001), uma vez que os conteúdos que tratam da temática indígena, lidam com uma longa cronologia que remonta aos tempos das populações caçadoras-coletoras-agricultores e não-agricultoras até os indígenas na atualidade.

Essa linha de compreensão permitiu desenvolver com os alunos, um estudo e reflexão bastante importante que foi a presença constante de indígenas Kaingang no município de Maringá, já que muitos dos educandos, os veem pelas ruas da cidade. Segundo Tommasino (2000, p. 38),

> [...] as cidades exercem grande fascínio sobre as populações indígenas em geral, visto que concentram a tecnologia do branco, os grandes espaços de compra e venda, os bancos, as grandes instituições públicas e privadas. As cidades com seus ícones da civilização, concentram e expressam o poder simbólico do homem branco [...].

A estadia dos indígenas em Maringá ocorre desde há muito tempo. Ao sair de suas terras, para comercializar seus artesanatos, os kaingang, não tinham local apropriado para se hospedar e, por isso, passaram a dormir e se abrigar nas ruas. Diante das circunstâncias de vulnerabilidade social, em que essa população indígena se encontrava, um grupo de pessoas se solidarizaram e formaram uma associação de apoio as comunidades indígenas. Num primeiro momento alojando em locais

provisórios os indígenas artesãos. Em 2001, foi oficialmente fundada Associação Indigenista - ASSINDI, que funcionava como local de acolhimento e abrigo a esses grupos, e que em 2003 ampliou o atendimento aos estudantes indígenas universitários.

Para Vieira (2013, p. 85), no Paraná a Associação Indigenista ASSINDI – Maringá "é a única entidade dedicada a atender a essa população, respeitando suas particularidades culturais e amenizando os impactos causados por essa drástica mudança social".

A busca das populações indígenas as cidades reflete da necessidade de vender seus artesanato que representa uma forma de aumentar a renda familiar. Vieira (2013), ressalta que nem sempre a população urbana os recebem com cortesia. Sendo muitas vezes hostilizados e ainda assim, buscam as cidades. Essa autora, afirma que conversando com alguns indígenas sobre esses episódios semelhantes, foram enfáticos em dizer:

> [...] que se fosse possível, estariam vivendo em suas aldeias e tirando seu sustento daquilo que a natureza tem a oferecer; no entanto, segundo eles, hoje isso não é mais possível, pois seus rios não tem mais peixes, suas terras estão improdutivas para o cultivo, animais silvestre que lhes serviam de caça também estão escassos, isto é, para conseguir sustento é preciso estar nas cidades, tanto para ganhar dinheiro como também gastá-lo, ou seja para sobreviver (VIEIRA, 2013, p.87).

A estratégia que utilizam para comercializar seus artesanatos é vendendo ou trocando, principalmente, no centro da cidade, nas ruas, praças, feiras e semáforos. As mulheres indígenas, junto com suas crianças, oferecem seus produtos e grande parte da população os criticam, afirmando que estão explorando o trabalho infantil, atrapalhando o trânsito, ou seja, a presença de indígenas nas ruas, incomoda. Isso ocorre porque existe falta de conhecimento e a população não indígena desconhece e não compreende as relações de trocas realizadas no modelo de economia praticado pelos kaingang.

Na entrevista realizada com a professora Isabel Cristina Rodrigues (2017), define o processo de educação Kaingang ao explicitar que:

> A percepção da população não indígena sobre a presença indígena no centro da cidade demonstra um pensamento preconceituoso, pois os veem como mendigos, vagabundos e praticantes da exploração do trabalho infantil, por desconhecerem que o processo de educação dos kaingang, de responsabilidade, sobretudo, das mulheres, ocorre por meio da observação e imitação das atividades realizadas pelos adultos. No caso da venda do artesanato, a criança aprende, desde tenra idade, a fazer os cestinhos. Os

> cestinhos que a criança faz, ela mesma vende e o dinheiro ou produto recebido em troca, pertence a ela (RODRIGUES, 2017).

Ainda de acordo com Rodrigues (2017), a presença indígena nas cidades para realizar o comércio de artesanato representa:

> Uma alternativa financeira de arrecadar recursos que são utilizados para a subsistência de outras necessidades fundamentais, “também funciona como um mote para que os Kaingang continuem praticando uma tradição antiga, que é o processo de deslocamento para outros territórios, em busca do conhecimento de outras formas de vida, de cultura, de lazer e também uma forma de educar seus filhos, possibilitando a eles o conhecimento e vivência nos centros urbanos.

Para discutir e desconstruirr esses equívocos, foi utilizado o Documentário “Veredas Kaingang” (2017), realizado e produzido pela ASSINDI, em que indígenas, dirigentes e colaboradores da ASSINDI e professores universitários, relatam a história e a cultura dos Kaingang e explicam os fatores que influenciam a presença indígena nas cidades.

A partir desse documentário foi possível o entendimento por parte dos educandos que os indígenas não realizam a mendicância, mas que possuem outra concepção de economia. Para a professora Isabel Cristina Rodrigues (2017), as relações de troca, na concepção indígena é diferente da população não indígena, e pensar que os índios são mendigos é um equívoco, pois “os índios estão em movimento legítimo que é o movimento histórico tradicional de circulação de prática de uma forma de economia que é a economia de reciprocidade.”

No que se refere à exploração do trabalho infantil a presidente da ASSINDI, professora Darcy Dias de Souza (2017), relata, no documentário, a concepção de família, de independência na cultura Kaingang e que a venda de artesanato nos semáforos as populações indígenas aprenderam com os não indígenas. “Por que as crianças ficam vendendo e as mães ficam sentadas? São coisas importantes também porque elas nos dizem que são professoras das crianças. Aquela criança de 4 e 5 anos tem poucos anos para se tornar um pai de família, com 12 e 13 anos estão casados, ele vai ter que sustentar a sua família seus filhos vendendo artesanato. [..] tem que aprender de pequeno.”

Outro equívoco histórico importante a ressaltar, é que toda população que entra em contato com outra em termos culturais se influencia. Somos seres sociais que nos apropriamos de elementos ou aspectos de outras culturas. Dessa forma, acontece

com os indígenas. Eles não pararam no tempo; se apropriam da cultura dos não índios, incorporando em seu dia a dia as tecnologias presentes e dando a elas sentidos próprios que lhe são convenientes e úteis. A afirmação de que o índio ter carro, televisão, celular e outros instrumentos eletrônicos o faz deixar de ser índio, é outro equívoco histórico, pois na dinâmica da história e da cultura, há aspectos que permanecem e constituem naquilo que chamamos de tradição. (RODRIGUES, 2017).

Os autores Collet; Paladino; Ruso (2014 p.13), concebe do mesmo pressuposto ao afirmar que: “Embora mantenham práticas e conhecimentos ancestrais, recriam e incorporam saberes e tecnologias de outras tradições, e nem por isso perdem sua identidade indígena”.

Segundo o professor Mota (2000, p. 25), no capítulo que contém falas desgravadas dos palestrantes índios, aponta a fala do cacique Teodoro Alves

> [...] eu tenho orgulho de ser índio, eu não tenho vergonha de ser índio, não é para pensar também, como já tenho roupa, calçados, calça, e muitos brancos fala que os índios quando vê vestido não é mais índio, não é isso não, sempre existe na cabeça do branco isso, sempre aparece, os brancos pensa assim, [...] nós temos que pensar porque cada vez mais chegando a modificação, mudando as coisas, [...] mas nós índios temos que modernizar e continuar na língua, praticando cultura e continuando a religião e mostrar que os índios tem orgulho de ser índio.

Para analisar em que medida a proposta didático pedagógica cumpriu os objetivos, foi utilizado o mesmo questionário aplicado na sondagem realizada no início, que serviu para diagnosticar o conhecimento prévio dos alunos, a fim de comparar com as ideias iniciais que os educandos possuíam sobre as populações indígenas. O resultado do trabalho foi positivo e que a partir do conhecimento histórico é possível desmistificar conceitos estereotipados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação foi um trabalho muito enriquecedor, favoreceu o contato dos alunos com a cultura e a história das populações e proporcionou o conhecimento das características específicas e comuns das etnias que habitam no Paraná. Também permitiu conhecer e compreender os fatos históricos pela visão dos indígenas, ou seja, ouvir essas populações, que foram caladas pela historiografia oficial.

Constatei que o educando passou a ter um outro olhar sobre as populações indígenas, as ideias equivocadas que “Os índios são todos iguais?”, “O índio é preguiçoso?”, “Quais são as populações indígenas no Paraná?” “As populações indígenas são atrasadas?”, “O índio tem direito de cidadão?”, “Tem muita terra para pouco índio?”, “Se o índio dirige carro, vê televisão, usa celular, ele deixa de ser índio?”, “Os índios que vivem nas ruas de Maringá são mendigos?”, “Os índios que vivem nas ruas de Maringá exploram o trabalho infantil? conforme o educando foi conhecendo a história e a cultura dos Kaingang, dos Guarani e dos Xetá, desconstruiu velhos paradigmas etnocêntricos e compreendeu que as relações políticas, sociais, econômicas e culturais indígenas, são diferentes da população não indígena, e que esses povos tem o direito de manter e viver suas práticas culturais tradicionais e de se apropriar de saberes de outras culturas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. C.; FAUSTINO, R. C. F. **Os Xetá e a Escola:** por uma educação que reforce a identidade indígena. Maringá: Seminário de pesquisa do PPE-UEM, 2010. Disponível em: < http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/002.pdf> Acesso em 1 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO INDIGENISTA. **Arte e cultura indígena**: povos Guarani e Kaingang na Associação Indigenista . 1. ed. Maringá: Gráfica e Editora Caiuás, 2013.

BLOCH, Marc l. b. **Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=-bd1mQN1r1YC&pg=PA24&lpg=PA24&dq=marc+bloch+referencia+longa+dura%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=4-T2N3OfEs&sig=PL-vlTFwiNcDZSgGt3EAj8E9bHI&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi6nN6Aq_vXAhWMlZAKHQF6D20Q6AEISDAG#v=onepage&q=marc%20bloch%20referencia%20longa%20dura%C3%A7%C3%A3o&f=false Acesso em 1 dez. 2017.

BOAS, F. **Antropologia cultural**. Tradução de Celso Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1,

p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 17 nov. 2017.

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSO, K. **Quebrando preconceitos:** subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. Disponível em <http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2014/06/Quebrando-preconceitos.-subs%C3%ADdios-sobre-a-tem%C3%A1tica-ind%C3%ADgena-e-o-ensino_Celia-Collet.pdf>. Acesso em:11 nov. 2016.

DOCUMENTÁRIO Veredas Kaingang: Trajetória indigenista. Entrevista de Darcy Dias de Souza. Maringá: Semuc, 2017. 25:39. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bsyAKhdsJJk>. Acesso em: 19 nov. 2017.

DOCUMENTÁRIO Veredas Kaingang: Trajetória indigenista. Entrevista de Isabel Cristina Rodrigues. Maringá: Semuc, 2017. 25:39. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bsyAKhdsJJk>. Acesso em: 19 nov. 2017.

DOCUMENTÁRIO Veredas Kaingang: Trajetória indigenista. Entrevista de Lucio Tadeu Mota. Maringá: Semuc, 2017. 25:39. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bsyAKhdsJJk>. Acesso em: 19 nov. 2017.

FREIRE, J. R. B. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios**. 2009. Disponível em: <http://s.busca.pr.gov.br/search?q=cache:bvLVF7FfFuIJ:www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco_ideias_equivocadas_jose_ribamar.pdf+indio&site=educacao_collection&client=educacao_frontend&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=educacao_frontend&ie=UTF-8&access=p&oe=UTF-8>. Acesso em: 14 nov. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Dados 2010 e 2006 http://www.ibge.gov.br/home/

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf> Acesso em: 6 dez. 2016.

MARANHÃO, F. **Povos Indígenas no Paraná**. Curitiba: Museu do Paraná. [2000?]. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68>. Acesso em: 6 jun. 2016.

MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). **As cidades e os povos indígenas**: mitologias e visões. Maringá: Eduem, 2000.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280316622_As_Guerras_dos_indios_Kaingang>. Acesso em: 2 dez. 2016.

MOTA, L. T. As populações indígenas no Paraná. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Educação escolar indígena**. Curitiba: SEED - Pr, 2006. v. 1, p. 13-17, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/educacao_escolar_indigena.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

PARANÁ. Lei nº 13.381 de 18 de Dezembro de 2001. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 6134, 18 dez. 2001. Disponível em:<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=2964&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 17 nov. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Educação. **Povo Guarani**: povos indígenas no Paraná. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=554#guarani>. Acesso em: 3 dez. 2016.

PARELLADA, C. I. et al. **Vida indígena no Paraná**: memória, presença, horizontes. Curitiba: Provopar Ação Social, 2006. p. 41-42. Disponível em: <http://estagiocewk.pbworks.com/f/LIVRO_PROVOPAR_Kit_Indigena.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2016

POVO Guarani: grande povo. Vida, Terra e Futuro. **Economia da Reciprocidade.** Organização Social e Política Guarani. [2000]. Disponível em:<http://www.guarani-campaign.eu/landen/portugal/economia.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

ROTHEN L. P. **"IDENTIDADE ÉTNICA" NA TERRA INDÍGENA SÃO JERÔNIMO,PR** - Curitiba – PR. Monografia. Universidade Federal do Paraná. Ciências Sociais – Curitiba – PR, 2000. Disponível em: https://educarviver.files.wordpress.com/2008/08/identidade-etnica-na-terra-indigena-sao-jeronimo-leticia-rothen.pdf> Acesso em: 1 dez. 2017.

RODRIGUES, I C. **Venh Jykre Si. Memória, tradição e costume entre os Kaingang da T.I faxinal** – Cândido de Abreu - PR. Tese de Doutoramento. São Paulo: PUC, 2012.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

ROCHA, E. P. G. **O que é etnocentrismo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. Disponível em: < https://comunicacaoeesporte.files.wordpress.com/2010/10/colec3a7c3a3o-primeiros-passos-o-que-c3a9-etnocentrismo.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2016.

RODRIGUES, I. C. Aspectos sócio-histórico Kaingang. Maringá, 2017. Entrevista concedida a Eligia Cristine Reis em 01/12/2017.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2006. Disponível em:< https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2014/03/o-que-c3a9-cultura-jose-luiz-dos-santos.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

SILVA, C. L. Os Xetás. In: PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. **Educação escolar indígena**. SEED – Pr., 2006. v. 1, p. 50-55. Caderno: Educação Escolar Indígena. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/educacao_escolar_indigena.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

SILVA, C. L. da. **Sobreviventes do extermínio**: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77661>. Acesso em:17 nov. 2016.

SILVA, D. C. A. A. da. **Currículo, identidade, etnia e raça**. 2010. Disponível em: <http://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/curriculo-identidade-etnia-raca.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

SILVA, S. A. et al. **O Paraná de todas as cores**. Curitiba: Base, 2001.

TOMMASINO, K. Algumas considerações acerca das exposições proferidas pelos representantes dos povos indígenas no simpósio “as cidades de e os povos indígenas: mitologias e visões. In: MOTA, L. T. (Org.). **As cidades e os povos indígenas**: mitologia e visões. Maringá: Eduem, 2000. cap. 33-42.

TOMMASINO, K. Os Kaingang no Paraná: aspectos históricos e culturais. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação da Educação Escolar Indígena. **Educação escolar indígena**, Curitiba, 2006. v. 1, p. 45-49. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/educacao_escolar_indigena.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

VIEIRA, D. Arte Kaingang na ASSINDI; terra indígena Ivaí. In: SOUZA, S. (Org.). **Arte e cultura indígena**: povos Guarani e Kaingang na Associação indigenista ASSINDI – Maringá. 1. ed. Maringá: Caiuás, 2013. p. 85-88.